



Rua Dr. Prado Omena, nº 9, Centro Branquinha,
Alagoas

CEP 57.830-000

CNPJ – 07.513.145/0001-35

E-mail: ipseb.branquinha@gmail.com

ATA DE REUNIÃO – CONSELHO ADMINISTRATIVO FISCAL E COMITÊ DE INVESTIMENTOS

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026

Data: 19 de janeiro de 2026- Horário: 10h00.

Local: Reunião on-line (plataforma virtual) e presencial

Ao décimo nono dia do mês de janeiro de 2026 (19/01/2026), às dez horas, realizou-se uma reunião on-line e presencial do Conselho Administrativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de Branquinha, com a participação dos membros: FLÁVIO BERNARDO ALVES DA SILVA – Comitê de Investimentos, SERGIO DA SILVA SARMENTO – Conselho Administrativo e Fiscal, TIAGO LUIZ DE OLIVEIRA SILVA – Conselho Administrativo e Fiscal, BRUNO HENRIQUE RAMALHO – Conselho Administrativo e Fiscal, JOSEFA ALVES DA SILVA – Conselho Administrativo e Fiscal, CARLOS ROBERTO DUARTE DE SOUZA – Consultor Previdenciário, GERVÁZIO JOSÉ DE ALMEIDA LOPES – Presidente do IPSEB com apoio técnico da consultoria de investimentos contratada, Lema Consultoria, por meio da Consultora de investimentos, MARCELA MARIA SILVA, a qual apresentou a Política de Investimentos do IPSEB para 2026. Inicialmente, foram destacados os principais pontos do cenário econômico, que serviram de base para a definição das diretrizes de investimento. No âmbito internacional, observou-se um ambiente de desaceleração gradual da economia norte-americana, com sinais de moderação da inflação e expectativa de início do ciclo de flexibilização monetária pelo Federal Reserve. Na Europa, o Banco Central Europeu adotou postura semelhante, promovendo cortes de juros em meio a uma inflação mais controlada. Na China, medidas de estímulo econômico foram implementadas com o objetivo



Rua Dr. Prado Omena, nº 9, Centro Branquinha,
Alagoas

CEP 57.830-000

CNPJ – 07.513.145/0001-35

E-mail: ipseb.branquinha@gmail.com

de sustentar o crescimento, cenário considerado relevante para países exportadores de commodities, como o Brasil, No cenário nacional, destacou-se a resiliência da atividade econômica, ainda que em ritmo mais moderado, combinada com um ambiente inflacionário pressionado e elevado nível da taxa Selic. O Conselho foi informado de que o principal ponto de atenção permanece sendo a situação fiscal, em razão do crescimento das despesas públicas e do aumento da dívida, fatores que impactam diretamente as expectativas de juros e inflação. As projeções de mercado, conforme relatório Focus, indicam crescimento econômico mais moderado em 2025, inflação ainda acima da meta e manutenção de juros em patamar elevado, ainda que com possibilidade de leve redução ao longo do ano. Em seguida, foram apresentados os objetivos dos investimentos compostos na carteira e objetivo definir uma estratégia de investimentos que busque assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do IPSEB, por meio da adequada compatibilização entre ativos e passivos previdenciários, promovendo a maximização da rentabilidade ajustada ao risco, em conformidade com o perfil de investidor do IPSEB e com a duração do passivo atuarial. Busca-se, ainda, garantir liquidez suficiente para o cumprimento tempestivo das obrigações previdenciárias e administrativas, bem como assegurar a diversificação e a mitigação de riscos, evitando concentrações excessivas em emissores, setores ou classes de ativos. O Conselho tomou ciência do resultado da análise do perfil de investidor (suitability), a qual classificou o IPSEB como um investidor de perfil moderado. Com base nesse enquadramento, foi definida uma Meta de Investimentos de Longo Prazo compatível com esse perfil, considerando diversificação dos investimentos em renda fixa, renda variável e estruturado, segmentos de maior risco, sempre em consonância com as normas da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Portaria MTP nº 1.467/2022, foi também explicado acerca da carência de 2 anos para realocar os ativos em desconformidade com a nova resolução. Desta forma, considerando a atualização da ETTJ feita pela Portaria MPS nº 2.010/2025 e a duração do passivo, calculada na Avaliação Atuarial de 2025 (data-base 2024) realizada pela 3M CONSULTORIA ATUARIAL, contratada para este fim, de 14,39 anos encontramos o valor de 5,46% a.a. Assim, a meta atuarial a ser perseguida pelo RPPS em 2026 será de IPCA + 5,46% a.a.



ESTADO DE ALAGOAS



Rua Dr. Prado Omena, nº 9, Centro Branquinha,
Alagoas

CEP 57.830-000

CNPJ – 07.513.145/0001-35

E-mail: ipseb.branquinha@gmail.com

Taxa de Juros Parâmetro: Ponto da ETTJ mais próximo à duração do passivo de 14,39 anos, conforme a atualização da ETTJ pela Portaria MPS nº 2.010, de 15 de outubro de 2025 = 5,46%; Meta Atuarial Real (2026): 5,46% ano. O IPSEB estabelece, portanto, a Meta Atuarial de IPCA + 5,46% ao ano para o exercício de 2026. Tomando como base a projeção de inflação para o ano de 2026 como sendo de 4,16% temos como meta atuarial projetada o valor de 9,85%. Na sequência, foi detalhada a estratégia de alocação dos recursos para 2026, a qual prioriza o segmento de renda fixa da Resolução CMN nº 5.272/2025 a qual substitui a antiga resolução. A estratégia contempla limites mínimos, alvo e máximos de alocação, proporcionando flexibilidade à gestão diante das oscilações do mercado, sempre respeitando o perfil conservador do regime e a compatibilidade entre ativos e passivos previdenciários. Atualmente, o RPPS detém um patrimônio de R\$ 8.822.193,89, distribuídos entre 12 fundos de investimento de elevada liquidez, com possibilidade de resgate em até D+0. Assim, o IPSEB tem a capacidade de converter seus investimentos em caixa nesse período, contribuindo para atender à liquidez necessária para o plano de benefícios e para alinhar melhor o fluxo de recursos entre as obrigações e os investimentos do RPPS. Dando seguimento o Presidente do IPSEB, usando da palavra e, ainda sobre a Avaliação Atuarial de 2025, mostrando aos presentes a necessidade do reajuste das alíquotas patronais, objetivando o equilíbrio atuarial do IPSEB. Em seguida foi dada a palavra para os presentes e em seguida foram colocadas em votação, ambas as propostas, tendo o Conselho Administrativo e Fiscal e o Comitê de Investimento APROVADO, por entender que o documento está alinhado ao cenário econômico vigente, aos objetivos do regime, ao perfil de investidor identificado e à legislação aplicável, não havendo ressalvas quanto ao seu conteúdo. Ato contínuo o Presidente Gervázio José de Almeida Lopes, explanou para os presentes a forma como são conduzidas as obrigações da administração do IPSEB, no que se refere ao trato de dados protegidos pela LGPD, as verificações diárias do comportamento das aplicações financeiras, o cuidado com relação as melhores práticas administrativas a serem aplicadas ao IPSEB, orientou e disponibilizou aos membros e Conselheiros sobre a necessidade, constante de aperfeiçoamento pessoal e a necessidade da Certificação Profissional por parte dos conselheiros

